

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM UMA ACADEMIA DO INTERIOR DE MINAS GERAIS - ESTUDO DE CASO

Nathieli Brito Gomes¹
Thainara Vitoria Marques Andrade¹
Diógenes Narciso de Freitas Costa²
Fábio Florindo Soares²
Suene Franciele Nunes Chaves²
Marcelo Maia Costa²

marcelomaiac@yahoo.com.br

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO

A musculação é uma das atividades físicas mais procuradas por aqueles que desejam saúde e bem-estar, inclusive entre aqueles com mobilidade reduzida. O objetivo deste estudo é descrever e analisar as características de acessibilidade arquitetônica em uma academia do interior de Minas Gerais e propor reflexões sobre o uso deste espaço para pessoas com deficiência ou baixa mobilidade. O estudo foi realizado em uma academia localizada em um município da região de Ponte Nova, avaliando as seguintes informações: 1) acesso externo; 2) rampa de acesso; 3) corrimão na rampa; 4) escadas de acesso na entrada; 5) porta de entrada: medida da porta de entrada; 6) portas internas: medidas das portas; 7) corredores: largura; 8) área de circulação entre aparelhos; 9) existência de banheiro adaptado; 10) porta do banheiro; 11) espaço interno; 12) bacia sanitária: altura adequada; 13) barras de apoio nos banheiros; 14) sinalização: adequada ou não; 15) bebedouro adaptado. Com essa pesquisa foi possível constatar que as características prediais da academia avaliada não favorecem a locomoção de seus usuários; a ausência dos recursos de acessibilidade adaptáveis supramencionados consiste em dificuldades para usuários com mobilidade reduzida.

PALAVRAS-CHAVE: acessibilidade arquitetônica; academia; inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A musculação tem se tornado uma das atividades físicas mais procuradas por aqueles que desejam aprimorar a saúde e o bem-estar, proporcionando benefícios físicos e psicológicos, como o aumento da força, da resistência e equilíbrio da saúde mental (Silva *et al.*, 2019). E com isso também aumentou as buscas por exercícios

¹ Discente de Educação Física do Centro Universitário Vértice - Univértix

² Docente de Educação Física do Centro Universitário Vértice - Univértix

físicos em academias por diversos públicos, incluindo aqueles com mobilidade reduzida (Sales; Morais Filho; Freire, 2022).

Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas, diversos espaços destinados à prática de exercícios ainda não oferecem condições adequadas para receber pessoas com deficiência, sobretudo quando são necessárias adaptações arquitetônicas e estruturais (Lima *et al.*, 2018). Esse cenário torna-se ainda mais preocupante diante do aumento da busca por atividades que promovam qualidade de vida e do crescimento da consciência coletiva sobre os benefícios da prática regular de exercícios físicos, fatores que atraem um público cada vez mais diverso às academias (Oliveira *et al.*, 2025).

Considerando as necessidades de determinados clientes, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades de locomoção ou que possuem demandas específicas para se deslocar e acessar diferentes áreas, percebe-se que a ausência de ambientes efetivamente acessíveis ainda favorece processos de exclusão e mantém barreiras que perpetuam a desigualdade (Vianna *et al.*, 2021).

A Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13146/20215 (Brasil, 2015), garante a igualdade de pessoas com deficiências, visando a inclusão social integral, inclusive no universo das atividades físicas. No entanto, a realidade demonstra que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nem sempre têm assegurado esse pleno direito para que consigam frequentar academias. Essa lacuna não apenas restringe a participação, mas também pode gerar impactos no desenvolvimento físico, social e emocional desses indivíduos (Brasil, 2021).

Barreiras arquitetônicas existem, seja por inadequações estruturais ou seja pela inexistência de áreas planejadas para uma prática verdadeiramente inclusiva (Razuck *et al.*, 2021). Tais barreiras não apenas dificultam a mobilidade, mas também interferem na socialização, na expressão corporal, no reconhecimento da identidade individual e coletiva (Seron *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a academia deve ir além de disponibilizar equipamentos e oferecer aulas. Esta deve assumir o compromisso de ser um espaço de integração social e participação integrativa (Brasil, 2019).

Ter conhecimento sobre os direitos pode influenciar na vida social, remetendo-nos a possibilidade de sermos uma comunidade mais inclusiva. Neste contexto, qualquer pessoa, independentemente de sua condição, deve ter direitos e deveres frente à sociedade, e um desses direitos é o direito de ir e vir, como está previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988).

Esses aspectos mostram a necessidade de descrever e avaliar as condições de acessibilidade em academias brasileiras, especialmente as situadas em cidades do interior, onde a adequação estrutural muitas vezes se mostra mais desafiadora.

Diante desse cenário, emerge a questão norteadora deste estudo: como é a acessibilidade arquitetônica em uma academia localizada no interior de Minas Gerais?

Partindo do entendimento de que a locomoção independente é um dos principais indicadores de acessibilidade e que está diretamente relacionada à qualidade da infraestrutura disponível, esse trabalho tem como objetivo descrever e analisar as características de acessibilidade arquitetônica em uma academia do interior de Minas Gerais, no ano de 2025 e propor reflexões sobre o uso deste espaço para pessoas com deficiência ou baixa mobilidade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A acessibilidade é definida como possibilidade de qualquer pessoa com ou sem deficiência de acessar algum lugar, local, serviços, produtos ou até mesmo informação, de modo seguro e autônomo, sem nenhuma barreira que impeça essa autonomia (Pereira; Cardoso; Rabaiolli, 2023).

Esta também, pode se caracterizar para algumas pessoas como possibilidade de adquirir independência e participação no cotidiano em diferentes circunstâncias (Enap, 2023).

A acessibilidade é uma questão constante da arquitetura e urbanismo e está diretamente ligada ao fornecimento de condições às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para a utilização com segurança e autonomia total ou assistida dos espaços públicos, privados ou coletivos (Bolonhini Junior, 2010)

Apesar dos importantes avanços relativos à promoção da acessibilidade, existem ainda algumas instituições que não estão aptas a receber pessoas com

determinadas deficiências, especialmente quando se trata de adaptações na infraestrutura do local (Souza, 2019).

As instituições tanto públicas quanto privadas e de uso coletivo já existentes devem seguir o que preconiza para acessibilidade em toda estrutura interna e externa, utilizando como referência as normas de acessibilidade presentes na constituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

A acessibilidade pode ser, para algumas pessoas, a possibilidade de adquirir uma vida independente e com participação em diferentes circunstâncias, podendo prover um maior conforto, certa facilidade no desenvolvimento de algumas atividades (Enap, 2023).

Existem diferentes tipos de acessibilidade: a atitudinal, que diz respeito a atitudes e comportamentos sociais que impossibilitam a participação da pessoa com deficiência junto às demais pessoas (Enap, 2023); a metodológica ou pedagógica, que consiste em métodos, teorias e algumas técnicas que são voltadas ao acesso indiferenciado a conteúdos de estudo, seja no campo acadêmico ou corporativo (Noffs, 2022); a programática, que se refere a eliminação de barreiras em políticas públicas (Amaral; Santos; Schroder, 2021), a instrumental, que compreende a eliminação de barreiras na utilização de instrumentos de estudo ou de trabalho (Medeiros, 2022); a de transporte, que consiste na eliminação de barreiras nos sistemas e meios de transporte (Enap, 2020); e a arquitetônica, que se concentra na concepção de edificações sem barreiras, devendo estar presente em locais públicos e privados (Cardozo, Schneider, 2021).

A Associação brasileira de normas técnicas ABNT, estabeleceu a NBR 9050/2020 e traz critérios e parâmetros técnicos a serem seguidos para promover a acessibilidade em diferentes locais como, edificações, espaços mobiliários e equipamentos urbanos. Esta tem como objetivo assegurar que as pessoas possam utilizar esses ambientes de forma segura, autônoma e confortável, assegurando a eliminação ou minimização de barreiras físicas (ABNT, 2020)

A inclusão não deve se limitar à instalação de rampas e corrimãos. É necessário compreender o espaço em sua totalidade, reconhecendo-o como ambiente de socialização, aprendizado e desenvolvimento humano (Reis, 2018).

Acessibilidade e inclusão devem existir inclusive no ambiente de academia, onde o profissional de Educação Física exerce papel fundamental, não apenas por reconhecer as normas de acessibilidade, mas por atuar como agente ativo na efetivação desses direitos, na promoção da autonomia e da participação ativa de todos os praticantes (Valentina, 2018).

Compreende-se que o profissional de Educação Física no cenário de inclusão e acessibilidade se torna parte fundamental para o desenvolvimento, adaptação, adequação e vivência, com o papel de definir metas e respeitar os limites da deficiência possibilitando a estes uma posição de igualdade social (Oliveira, Santos, Santos, 2021).

Preocupação com a saúde é um dos fatores que pode estar influenciando a procura de academias e a prática de exercício físico que abrange a saúde e bem-estar. Entre as possibilidades de prática de exercícios físicos, os programas de exercícios resistidos, se estruturados corretamente, podem melhorar a capacidade funcional e a qualidade de vida e podem promover diversos benefícios psicológicos e sociais às pessoas com deficiência (Liguori *et al.*, 2023).

Além de aspectos físicos, sociais e psicológicos que são relevantes no desenvolvimento do ser humano, a motivação pode contribuir para uma melhor qualidade de vida desses indivíduos e para o futuro pessoal e profissional no exercício físico e no esporte (Resende *et al.*, 2021).

As academias de musculação já se consolidaram muito na vida das pessoas fazendo parte principal de seu cotidiano como rotina, podendo se tornar uma prática prazerosa e com um enorme poder de satisfação, saúde e bem-estar, comprovado por seus praticantes (Corrêa Filho, 2024).

O exercício físico constitui uma ferramenta poderosa para a promoção da saúde, reabilitação, autoestima e autonomia das pessoas com deficiência, sendo parte de um processo contínuo e reflexivo de superação de barreiras (Brasil, 2021).

Diante disso, não basta apenas a acessibilidade arquitetônica dos espaços, é necessário que pessoas com deficiência tenham oportunidade como quaisquer outras pessoas, em todas as diferentes atividades, e a prática de exercícios físicos é uma dessas possibilidades (Batistel, 2020).

A NBR 9050/20 é uma norma técnica brasileira fundamental que estabelece critérios e parâmetros para garantir acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, assegurando autonomia, segurança e conforto no uso de ambientes por qualquer pessoa, independentemente de suas condições físicas (ABNT, 2020).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, que tem como finalidade a descrição e caracterização de uma população ou fenômeno podendo envolver a análises das relações entre suas variáveis, obtidas por meio de uma técnica padronizada de coleta de dados (Gil, 2022).

A pesquisa foi desenvolvida em uma academia de uma cidade do interior de Minas Gerais na região de Ponte Nova, Zona da Mata Mineira. O referido município possui aproximadamente 12.700 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

A academia está localizada no centro da cidade há 16 anos, em terreno plano, com calçamento regular, boas condições de iluminação pública e sinalização de trânsito satisfatória, incluindo faixa de pedestre estrategicamente posicionada, o que favorece o acesso da população ao espaço. Conta com aproximadamente 250 alunos em seus horários de funcionamento, sendo considerada uma academia pequena, mas tem um grande alcance da população devido a uma maior visibilidade.

A escolha do local do estudo foi por conveniência pela maior facilidade na coleta de dados. A pesquisa foi realizada com anuência dos proprietários que assinaram um termo de autorização. A pesquisa não envolveu a participação de pessoas, dessa forma, não foi necessária a submissão a um Comitê de *Et al* em Pesquisa.

Ao assinar a autorização para pesquisa, os dirigentes consentiram que fossem realizadas as avaliações de infraestrutura, nos termos descritos no documento de autorização. A partir da autorização, foi realizado alinhamento estratégico entre os pesquisadores e os responsáveis pela academia, com vista à organização das atividades programadas, e assim, foi combinado o dia e horário mais adequado para realização da avaliação. Dessa forma, a pesquisa foi realizada em setembro de 2025.

Foram avaliados apenas os aspectos relativos à acessibilidade arquitetônica da academia relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência. A verificação se deu nos seguintes espaços: 1) Acesso Externo; 2) Existência de rampa de acesso; 3) Existência de corrimão na rampa; 4) Escadas de acesso; 5) Porta de entrada: medida da porta de entrada; 6) Portas internas: medidas das portas internas; 7) Corredores: largura mínima; 8) Área de circulação entre aparelhos: tamanho dos espaço livre entre aparelhos adequado; 9) Existência de banheiro adaptado; 10) Porta do banheiro: medida da porta; 11) Espaço interno: medida interna do banheiro; 12) Bacia sanitária: altura adequada; 13) Existência barras de apoio nos banheiros, sinalização; 14) Sinalização de acessibilidade: Existência de sinalização adequada; 15) Existência de bebedouro adaptado.

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram comparados a NBR 9050/20 (ABNT, 2020).

Foi elaborado um roteiro de inspeção a partir das informações retiradas das normas ABNT para nortear a verificação do espaço. Para a obtenção das informações e das respectivas medidas, os pesquisadores utilizaram pranchetas com o roteiro de inspeção, caneta esferográfica e trena. Com intuito de reduzir inconsistências, os procedimentos que requererem medidas serão coletados mediante à técnica triplicata, ou seja, cada aferição foi realizada três vezes, sendo registrados os valores e posteriormente realizadas as médias com os respectivos desvios padrão.

Após a coleta de dados, as informações obtidas foram organizadas de acordo com os tópicos propostos para a coleta. A apresentação dos dados foi realizada com o auxílio de software Microsoft, Excel, o que possibilitou a sistematização eficiente das informações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observando o acesso externo, a academia encontra-se situada na região central do município, em terreno plano, com calçamento regular, boas condições de iluminação pública e sinalização de trânsito satisfatória, incluindo faixa de pedestre estrategicamente posicionada, o que favorece o acesso da população ao espaço.

A faixa de pedestre desempenha papel fundamental na promoção da mobilidade urbana segura e equitativa, ao garantir um espaço específico para a travessia de pessoas, sobretudo em contextos densos de circulação. Ela materializa o princípio de prioridade ao pedestre previsto nas políticas de mobilidade, reduzindo o risco de atropelamentos, organizando o trânsito e fortalecendo a convivência harmônica e inclusão (Brasil, 2020).

A entrada principal da academia, apresenta uma porta com largura considerada adequada (Tabela 1), e o acesso interno é por meio de escada, pois a academia está localizada no segundo andar.

Tabela 1 - Dimensões da entrada área de circulação aferidas e os parâmetros preconizados pela NBR 90/50 (ABNT, 2020).

Tabela 1 - Dimensões da entrada área de circulação aferidas e os parâmetros preconizados pela NBR 90/50 (ABNT, 2020)

Entrada e área de circulação	Resultado obtido	Parâmetro ABNT
Porta de entrada	1,17 m	0,80 m
Portas internas	1,13 m	0,80 m
Corredores	Não	Sim
Circulação entre aparelhos	0,63 m	0,90 m

Fonte: Dados da pesquisa

A ausência da rampa e do corrimão na rampa são fatores de grande relevância, uma vez que comprometem a segurança e a autonomia de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, restringindo sua plena participação nas atividades e limitando o acesso, o que configura descumprimento às recomendações da NBR 9050 (ABNT, 2020).

As rampas de acesso auxiliam na mobilidade de pessoas com deficiência física, pessoas com mobilidade reduzida e idosos. Sendo assim, elas permitem um deslocamento mais acessível e seguro para todos, diminuindo as barreiras que impedem a participação sociedade, assegurando o direito das pessoas de ir e vir (Enap, 2020).

De acordo com a Tabela 1, as medidas das portas de acesso à academia são de 1,17 m de largura, enquanto as portas internas apresentam 1,13 m de largura. A largura mínima recomendada para portas acessíveis é de 0,80 m. Nesse sentido,

observa-se que as dimensões aferidas atendem aos requisitos da NBR 9050, demonstrando conformidade em relação à acessibilidade (ABNT, 2020).

Em um estudo preliminar sobre acessibilidade, no que se refere às portas, foram encontrados alguns resultados positivos, como, por exemplo, a largura de algumas portas ser igual ou superior a 80 cm. No entanto, nesse mesmo estudo, verificou-se que algumas portas não atendem totalmente à NBR 9050. Um espaço adequado pode eliminar obstáculos, oferecendo maior conforto e segurança aos seus usuários. Portas com a largura adequada permitem a passagem segura e a autonomia de pessoas com ou sem mobilidade reduzida. Essa adequação promove a inclusão social e permite às pessoas com deficiência que participem totalmente das atividades da sociedade em qualquer ambiente (Kur, 2019).

A academia não possui corredores, mas os espaços de circulação entre os aparelhos são de 0,63 m (Tabela 1), que está em desconformidade com a normativa que indica que deve ser de 0,90 m. É fundamental destacar que a adequação dos espaços destinados à circulação é garantida pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). A ausência de corredores pode acarretar a limitação da autonomia, dificuldades no deslocamento, insegurança durante a circulação e, em determinados casos, até mesmo a privação de circulação. Ter corredores amplos permite a circulação livre e autônoma das pessoas com deficiências, isso significa que elas podem transitar em edifícios e ambientes com independência, sem depender de assistência constante (Luiz *et al.*, 2023).

Na Tabela 2 estão apresentados os itens referentes aos banheiros da academia, incluindo banheiro adaptado, largura da porta, altura da bacia sanitária e barras de apoio.

Tabela 2 - Dimensões do banheiro e parâmetros da NBR 90/50 (ABNT, 2020)

Banheiro	Resultado obtido	Parâmetro ABNT
Espaço interno	0,84 m X 1,75 m	1,50 m X 1,50 m
Porta do banheiro	0,61 m	0,80 m
Altura da bacia sanitária	0,41 m	0,46 m
Barras de apoio	Não	Sim

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação ao banheiro, o espaço interno possui 1,47m², não correspondendo às medidas mínimas exigidas pela NBR 9050 que é de 2,25m², e nem às adaptações

necessárias (Tabela 2). A adequação dos banheiros é um elemento fundamental, uma vez que, pessoas com diferentes tipos de mobilidade fazem uso das academias de musculação (Lima, 2018). O banheiro acessível é fundamental para garantir a autonomia e segurança das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Ele ajuda a promover a inclusão social quando pode possibilitar o uso adequado do espaço sem barreiras físicas ou a dificuldade de circulação (Ramalho, 2025).

No estudo de Santos, Silva e Costa (2021), em 3 academias Pindamonhangaba-SP, os banheiros não apresentaram espaço suficiente nas áreas dos vasos sanitários e nem nos boxes. Da mesma forma, não possuíam corrimão ou barra de apoio de segurança em nenhum desses ambientes, embora a adequação dos banheiros seja um elemento fundamental para a frequência e permanência de alguns alunos com deficiência.

Ao avaliar as portas dos banheiros, verificou-se que a largura encontrada foi de 0,61 m (Tabela 2), medida considerada inadequada, pois a largura mínima preconizada pela NBR 9050 é de 0,80 m. No estudo de Fernandes *et al.* (2022), que também abordou a acessibilidade em academias, verificou-se que nenhuma das academias analisadas possuía infraestrutura adequada para facilitar o acesso aos banheiros, conforme preconiza a NBR 9050.

Ao verificar o espaço interno do banheiro, foi encontrada a largura de 0,84 m e o comprimento de 1,75 m (Tabela 2). A NBR 9050 estabelece, como referência para as medidas internas de banheiros acessíveis, a largura de 1,50 m e o comprimento também de 1,50 m; dessa forma, esta é mais uma inconformidade detectada.

Em relação à bacia sanitária, a altura com o assento encontrado foi de 0,41 m (Tabela 2), medida considerada inadequada, já que a NBR 9050 preconiza a altura de 0,48 m. Disponibilizar um modelo de bacia sanitária que atenda às especificações e às necessidades de acessibilidade exige coerência e respeito às normas, devendo ser orientado pelas diretrizes estabelecidas pela NBR 9050.

Essa norma define critérios técnicos que asseguram a inclusão, permitindo que todas as pessoas utilizem os espaços de maneira digna e independente. Entretanto, em alguns locais ainda não há conhecimento suficiente sobre a existência de uma norma específica de acessibilidade em sanitários, o que acarreta insatisfação de

usuários em relação às bacias sanitárias, pois estas não atendem, de fato, a níveis de acessibilidade ou usabilidade considerados satisfatórios (Barcellos et al., 2016).

No que se refere à sinalização visual e tátil, bem como à presença de placas indicativas, constatou-se que a academia não dispõe desses recursos. A NBR 9050 estabelece parâmetros mínimos que asseguram a circulação autônoma e sem riscos, sendo fundamental a presença de pisos antiderrapantes, sobretudo para pessoas com baixa visão, que necessitam de contraste de cores para orientação no deslocamento (ABNT, 2020).

A Sinalização tátil de piso se caracteriza pela diferenciação de textura em relação ao piso. Seu objetivo é alertar por uma linha guia que seja perceptível para pessoas com deficiência. Sua ausência pode comprometer a segurança e a autonomia das pessoas com deficiência. Nesse contexto, a pesquisa de Ferreira et al. (2018), também evidenciou falta de sinalização tátil e visual, falta de sinalização sonora na infraestrutura e a falta de preparo das academias em Jacarepaguá – RJ em relação à acessibilidade das academias de musculação.

Por fim, verificou-se que a academia não possui bebedouro adaptado. A ausência desse recurso dificulta o acesso autônomo ao consumo de água por pessoas com deficiência (ABNT, 2020). Em relação aos bebedouros, estes devem permitir a aproximação da cadeira de rodas e oferecer acessibilidade à bacia, às bicas de saída de água e aos comandos. Possuir bebedouros adaptados possibilita atender a uma necessidade básica da vida, a ingestão de líquidos, promovendo autonomia e acessibilidade (Antunes, 2020).

Em síntese, dos 15 itens avaliados, 4 foram plenamente contemplados pela avaliação, correspondendo a cerca de 26,67%. Por outro lado, 11 itens (aproximadamente 73,33%) não atenderam a nenhum dos aspectos avaliados.

Essas inadequações reforçam a constatação de que a acessibilidade não está plenamente contemplada no espaço avaliado, comprometendo a inclusão e a participação efetiva de pessoas com deficiência. A inexistência de recursos necessários à acessibilidade não apenas restringe a participação desses indivíduos, mas também limita o acesso a condições de qualidade, reduzindo o desenvolvimento

de suas potencialidades, conforme estabelece a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015).

A acessibilidade pode ser um meio de garantir que as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida possam usufruir de seus direitos de circular e fazerem uso dos espaços, livre de barreiras (Lima et al., 2018).

A estrutura física das academias de musculação constitui um fator determinante para a motivação e a permanência dos seus praticantes, com ou sem mobilidade reduzida. A inadequação da infraestrutura configura-se como um dos principais motivos para a evasão dos usuários das academias de musculação. Desse modo, a insatisfação dos usuários em relação às condições estruturais desses espaços evidencia a persistência de barreiras que comprometem, tanto a continuidade da prática, quanto a inclusão dos indivíduos (Silva, 2025).

Conforme Ulbricht, Fadel e Batista (2017), para responder às múltiplas diversidades em ambientes públicos ou privados, são necessárias diferentes estratégias e diferentes modos de organização do espaço.

Incluir todas as pessoas de forma igualitária ainda não é totalmente possível e isso revela a importância de se repensar os projetos para que realmente atendam à diversidade de usuários e promovam a inclusão total (Leite, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permitiu reflexões acerca da acessibilidade no aspecto da locomoção, sendo que, de modo geral, em termos de condições arquitetônicas, a academia avaliada não atendeu em grande parte às recomendações das instituições regulamentadoras.

Resta salientar que, embora seja crucial pensar na acessibilidade geral de uma instituição, são as minúcias de um olhar humanizado e cuidadoso acerca das particularidades das pessoas com deficiência que propiciarão os recursos e meios para que se promova a inclusão nas academias de modo a possibilitar encontros propícios ao desenvolvimento de todos, a partir da participação social.

REFERÊNCIAS

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 03 ago. 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2020/08/ABNT-NBR-9050-.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

AMARAL, A. P. V. D. O; SANTOS, A. M. P. V. D; SCHRODER; N. T. Percepção da acessibilidade dos metroviários com deficiência. Revista Sustinere, v.9, n.1, p. 206-228, 2021 Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sustinere/article/view/52767>. Acesso em: 27 out. 2025.

ANTUNES, D. G. Bebedouro Inclusivo. 2020. Monografia (Graduação em Arquitetura Designer de Produto) - Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul/Faculdade De Arquitetura Design De Produto. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/219378/001124160.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 30 out. 2025.

BARCELLOS, E. E. I; BOTURA JUNIOR, G; ROCHA, R. G. O; PASCHOARELLI, L. C; CURITIBA, R; MEDOLA, F. O. Usabilidade e adequação de peça sanitária destinada a pessoas com mobilidade reduzida e idosos. 1º Congresso Internacional de Ergonomia Aplicada, São Paulo, v. 3 n. 3, dezembro. 2016. Disponível em: <https://pdf.blucher.com.br/engineeringproceedings/conaerg2016/7001.pdf> Acesso em: 31 out. 2025.

BATISTEL, J. A acessibilidade e inclusão da pessoa com deficiência em centros de esporte e lazer de Curitiba: um estudo de caso. 2020. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5418>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BOLONHIN, J. R. Portadores de necessidades especiais: as principais prerrogativas dos portadores de necessidades especiais e a legislação brasileira. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1-32. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/douconstituicao88.pdf. Acesso em: 28 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa Com Deficiência. Brasília, DF: DOU, Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 18 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Academia da Saúde : caderno técnico de apoio à implantação e implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/implatacao_academia_sau_de.pdf .Acesso em: 08 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia de Atividade Física para a População Brasileira. Brasília : Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/implatacao_academia_saude.pdfhttp://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_atividade_fisica_populacao_brasileira.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

BRASIL. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Ministério do Desenvolvimento Regional. Mobilidade a pé. Brasília: Editora IABS, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/mobilidade-urbana/CTR_Mobilidadeap_compressed.pdf Acesso em: 27 out. 2025.

CARDOZO, R. D; SCHNEIDER, G. Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação. Olhar de Professor, v. 24, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18321>. Acesso em: 30 out. 2025.

CORRÊA FILHO, P.H.. A motivação na prática de musculação: Uma revisão sistemática de literatura. 2024. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências. Bauru. 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/53b31d51-7a8e-447e-b844-2cea9520c9dd/content> . Acesso em: 28 ago. 2025.

ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Acessibilidade em Espaços Urbanos: Mobilidade Urbana e Acessibilidade. Brasília, 2020. Disponível em: repositorio.enap.gov.br Acesso em: 27 out. 2025.

ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Brasília. 03 jul. 2023. Disponível em: Enap se destaca por capacitar servidores e apoiar políticas públicas baseadas em evidências — Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (www.gov.br). Acesso em: 25 set.2025.

FERNANDES, L. A; NOGUEIRA, N. G. D. H. M; LAHR, S. L. N; AMANTINO, V. F. D .A; RIBEIRO, S. R. D. O; SOUZA, T. A; COUTO. C. R. Aspectos atitudinais e estruturais da inclusão de pessoas com deficiência em academias de musculação: uma análise sob a perspectiva de profissionais. Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento v. 11, n. 9, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.32160 . Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/32160> . Acesso em: 27 out. 2025.

FERREIRA, E. G; SOUZA, W. J. D; SILVA, C. A. P. D; NOVIKOFF. C; ROSÁRIO, V, H. R. D; O, P. S. P. D; TRIANI, F. D. S. O acesso para cadeirantes em academias de ginástica: um estudo realizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada , Marília, São Paulo, v. 19, n. 1, 2018. DOI: 10.36311/2674-8681.2018.v19n1.04.p39. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/7523/5224> Acesso em: 24 out. 2025.

GIL, A. C. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 7. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/> . Acesso em: 12 ago. 2025.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. Cidades e Estados: Brasil. Minas Gerais: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg.html>. Acesso em: 1 set. 2025.

KUR, P. S. Estudo Preliminar De Acessibilidade Arquitetônica No Instituto Federal Goiano-Campus Rio Verde. 2019. Monografia (Graduação em Engenharia Civil) - Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/539/3/TCC%20Priscila%20Kur.pdf> Acesso em: 27 out. 2025.

LEITE, M. A. D. L. A NBR 9050 e o design universal: Um estudo sobre o banheiro. 2016. Dissertação (Mestrado Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21566> Acesso em: 27 out. 2025.

LIGUORI, G; FEITO, Y.; FOUNTAINE, C; ROY, A. B: Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição. 11º ed. Rio de Janeiro : Editora Guanabara Koogan, 2023. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788527739078> .Acesso em: 30 mai. 2025.

LIMA, K. D. OLIVEIRA, D.B.E.F; VILELA, T. A; ROSÁRIO, D. H. V; OLIVEIRA, D.P.S.P; TRIANI, S.D.F. Os desafios encontrados pelos deficientes para o ingresso nas academias de ginástica da Barra da Tijuca no Rio de Janeiro. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, ano 2018, v. 19, n. 1, p. 49, 8 jul. 2018. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/7868/5231>. Acesso em: 18 ago. 2025.

LUIZ, C; SOUZA, E; DALMAZIO, J; ALVES, N; MILITÃO, R; FLAVIO, T. Acessibilidade: A Importância da Inclusão de Alunos e colaboradores nas escolas. 2023. Monografia (Técnico Em Segurança Do Trabalho) - Centro Paula Souza/ Escola Técnica Estadual São Mateus, São Paulo, 2023. Disponível em: https://ric.cps.sp.gov.br/bitstream/123456789/15835/1/segurancadotrabalho_2023_3_cristianoluiz_acessibilidade.pdf Acesso em: 30 out. 2025.

MEDEIROS, P. G. Análise dos recursos de acessibilidade instrumental para pessoas com deficiência visual em escolas municipais da cidade de Flores- PE. 2022. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Da Paraíba, Princesa Isabel, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/3941/1/Pricilla%20Gomes%20de%20Medeiros.pdf> Acesso em: 17 nov. 2025.

NOFFS, N. D. A. Formação de Educadores Pesquisas e Criatividade: Desafios Atuais. São Paulo: EDUC, 2022. Disponível em: https://omlpi-strapi.appcivico.com/uploads/Coletanea_formacao_de_educadores.pdf#page=146. Acesso: 27 out. 2025.

OLIVEIRA, B.G; COUTO, P. D. S., A. P; SOUSA, R. O; FACHIM, R.J; LOPES, D. F. L; COELHO, C. Fortalecendo corpos e mentes: a relevância da atividade física para alunos de medicina. Revista dos Seminários de Iniciação Científica, Paracatu, v. 7, n. 2, 2025. Disponível em: <https://revistas.atenas.edu.br/resic/article/view/600/555>. Acesso em: 11 ago. 2025.

OLIVEIRA, J. S; SANTOS, K. M. X; SANTOS, C. R. (2021). Benefícios da natação para a criança autista: Um estudo de caso. Revista Vita et Sanitas, v. 15, n.1, p. 74-89, jul/dez, 2021. Disponível em: <https://unigoyazes.edu.br/revistas/index.php/VitaetSanitas/article/view/205/231>. Acesso em: 27 out. 2025.

PEREIRA, T. D. R; CARDOSO, E; RABAIOLLI, J. A construção de um guia de boas práticas sobre daltonismo a partir de princípios e perspectivas de acessibilidade cromática. Arcos Design, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, PP. 420-445, Jan/2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/arcosdesign>. Acesso em: 25 jun.2025.

RAMALHO, M. L. D. Análise de acessibilidade na Escola Municipal Francisca Pires segundo a NBR 9050. 2025. Monografia (Graduação de Bacharel em Engenharia Civil) - Universidade Rural do Semi-Árido, Angicos, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufersa.edu.br/server/api/core/bitstreams/0d1b2cf7-6295-444b-b584-cd63b6d0269a/content>. Acesso em: 31 out. 2025.

RAZUCK, Y. R; NASCIMENTO, D. B. L. J; SAMPAIO, G. D. F; SILVA, D. J. M; MONTEIRO, R. E; TRIANI, S. D. F; NETO, C. G. V Acessibilidade para cadeirantes em academias de ginástica da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Revista Sociedade Brasileira de Atividade Motora Adaptada, 2021, v. 22, n. 1, p. 71-80, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10718/7141>. Acesso em 18 ago. 2025.

REIS, S. A. Acessibilidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas academias de Natal/RN. 2018. 174f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em arquitetura) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Departamento de Arquitetura, Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/152a0fc0-f87e-4a02-9c7a-c0243faeeb38/content>. Acesso em: 24 out. 2025.

RESENDE, M. C; CARVALHO-FREITAS, M. N; GUIMARÃES, A. C; OLIVEIRA, D. C. R. Perfil psicológico de atletas brasileiros de Paradesporto em nível escolar. v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/14044>. Acesso em: 29 out. 2025.

SALES, N.D.D; MORAIS FILHO, I.P.D.M; FREIRE, A.D.F. Atividade Física e saúde mental para idosos: Uma revisão integrativa da literatura. 2022. Monografia (Artigo parcial para obtenção do Título em Bacharelado em Educação Física) - Universidade Potiguar, Mossoró- Rio Grande do Norte, 2022. Disponível em:<https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/df23aaf0-441b-4cb2-ad1b-eee65dfa88f0/content> .Acesso em: 08 set. 2025.

SANTOS, C. A. D. E; SILVA, S. E. P. D; COSTA, R.R. Inclusão Social De Pessoas Com Deficiência Em Academias De Musculação. revista eletrônica funvic.org.,São Paulo, p. 11-16, 2021. Disponível em: <https://revistaeletronicafunvic.org/index.php/c14ffd11/article/viewFile/302/234> Acesso em: 27 out. 2025.

SERON, Bruna Barboza; SOUTO, Elaine Cappellazzo; MALAGODI, Bruno Marson; GREGUOL, Márcia. O Esporte Para Pessoas Com Deficiência E A Luta Anti Capacitista – Dos Estereótipos Sobre A Deficiência À Valorização Da Diversidade. Movimento, Porto Alegre, v. 27, 2021. DOI: 10.22456/1982-8918.113969. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/113969>. Acesso em: 8 set. 2025.

SILVA, C. M. P. Acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência nas academias de musculação na cidade de Perdões – MG. 2025. Monografia (Graduação de Bacharelado em Educação Física), Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2025. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://sip.prg.ufra.br/arquivos/php/bibliotecas/repositorio/download_documento/baixar_por_anos_emeestre_matricula.php%3Farquivo%3D20251_202020402&ved=2ahUKEwjtmLTyUMqQAxWGjJUCHeU2CdYQFnoECCQQAQ&usg=AOvVaw1hKGQeonQRsIZBY2FsT3Jz Acesso em: 27 out. 2025.

SILVA, T. D.C; FREIRE, G. L. M; MORAIS, O. S. G; NASCIMENTO J. J. R. D. A.D. Motivação, bem-estar e autoestima de praticantes de diferentes modalidades de exercício físico. Saúde e Pesquisa, Maringá, Paraná , v. 12, n. 2, p. 359–366, maio/ago, 2019. DOI: 10.17765/2176-9206.2019v12n2p359-366. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/7342>. Acesso em: 1 jun. 2025.

SOUZA, R. G. R. O paraíso é para todos? Acessibilidade em Unidades de Conservação para pessoas com deficiência. 2019. Monografia (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Escola Nacional de Botânica Tropical, Rio de Janeiro. 2019.Disponível: https://www.researchgate.net/profile/Ricardo-Souza-25/publication/335455190_O_paraíso_e_para_todos_Acessibilidade_em_Unidades_de_Conservacao_para_pessoas_com_deficiencia/links/5d66c4fc458515b5b4208b85/O-paraíso-e-para-todos-Acessibilidade-em-Unidades-de-Conservacao-para-pessoas-com-deficiencia.pdf Acesso: 30 out.2025.

ULBRICHT, V. R; FADEL, L. M; BATISTA, C. R. Design para acessibilidade e inclusão. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580393040/pageid/1>
Aceso em: 27 out. 2025.

VALENTINA, E. N D. Fundamentos históricos da educação física e do esporte. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. p.71. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023833/>. Acesso em: 25 out. 2025.

VIANNA, V; PEREIRA, R. S.D. S; FIGUEIREDO, N. M.A.D; COUTINHO, A.C.S.S ; FERNANDES,E. M; MACHADO, W. C. A . Barreiras de acessibilidade e mobilidade urbana para atendimento em centro especializado de reabilitação física. Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação, Porto, Portugal, v. 5, n. 1, p. 5–14, 2021. Disponível em: <https://rper.aper.pt/index.php/rper/article/view/190>. Acesso em: 8 set. 2025.